

**RAC: Revista Angolana de Ciências**

E-ISSN. 2664-259X

Vol. 6, Nº 1. e060101. Janeiro-Junho, 2024 (Publicação em Fluxo Contínuo)

## **A educação em Angola e os seus recuos resultantes do Orçamento Geral do Estado alocado ao sector da Educação**

*Education in Angola and its setbacks resulting from the General State Budget allocated to the Education sector*

*La educación en Angola y sus retrocesos derivados del Presupuesto General del Estado asignado al sector de la educación*

Armando Sanguve Sachitota<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-0571-7513>

José Luís Sabonete Calulo<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1122-1322>

**RECEBIDO:** Outubro, 2023 | **ACEITE:** Abril, 2024 | **PUBLICADO:** Junio, 2024

Como citar: Sachitota, A. S., Calulo, J. L. (2024). A educação em Angola e os seus recuos resultantes do Orçamento Geral do Estado alocado ao sector da Educação. *RAC: Revista Angolana de Ciências*, 6(1). e060101. <https://doi.org/10.54580/R0601.01>

### **RESUMO**

A educação em Angola tem atravessado momentos de avanços e retrocessos, sendo o último que tem vindo a condicionar o desenvolvimento e crescimento desejável deste sector, consequentemente o progresso do país. Pretendemos assim, por meio de pesquisa bibliográfica, analisar os avanços versus os retrocessos da educação em Angola tendo em conta o investimento que o Governo tem vindo a disponibilizar para esta área chave e determinante para o desenvolvimento do país. Nosso objectivo aqui não é propriamente o de efectuar uma descrição minuciosa de todo o processo educativo, mas chamar a atenção quanto o investimento que se tem disponibilizado para este sector chave que ao nosso ver não tem respondido as exigências desde sector. A análise feita por meio de documentos de alguma legislação e de outros documentos formais da República de Angola, sobretudo dos Orçamentos Gerais de 2002 à 2023 demonstrou, que o País enfrenta sérios problemas na valorização do seu sistema educativo, tendo em conta o investimento que se tem vindo a alocar nesta área do saber comparado ao recomendado pela UNESCO.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação - Administração Educacional, licenciado em Ensino da Matemática. Docente do Departamento de Ciências Exatas da Escola Pedagógica da Universidade Cuito Cuanavale em Angola. Pesquisa sobre os aspectos educacionais em Angola, e-mail: [asachotota@gmail.com](mailto:asachotota@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação - Didática do Ensino Superior, Diplomado e licenciado em Ensino da Matemática. Docente e Chefe de Departamento de Ensino e Investigação de Ciências Exatas da Escola Pedagógica da Universidade Cuito Cuanavale em Angola. Pesquisa sobre Didática da Matemática; Metodologias de ensino; Práticas Pedagógicas e Análise Matemática, e-mail: [jsabonetecalulo@gmail.com](mailto:jsabonetecalulo@gmail.com)

**Palavras-Chave:** educação, investimento, valorização.

## **ABSTRACT**

Education in Angola has gone through moments of advances and setbacks, the latter being the one that has been conditioning the development and desirable growth of this sector, consequently the progress of the country. We intend to analyze, through bibliographic research, the advances versus setbacks of education in Angola taking into account the investment that the Government has been making available for this key and decisive area for the development of the country. Our aim here is not exactly to give a detailed description of the entire educational process, but to draw attention to the investment that has been made available for this key sector. The analysis made by means of documents of some legislation and other formal documents, demonstrated, that the country faces serious problems in the valorization of its educational system, taking into account the investment that has been allocated in this area of knowledge compared to that recommended by UNESCO.

**Key words:** education, investment, valuation

## **RESUMEN**

La educación en Angola ha pasado por momentos de avances y retrocesos, siendo este último el que ha estado condicionando el desarrollo y crecimiento deseable de este sector, en consecuencia el progreso del país. Pretendemos analizar, a través de la investigación bibliográfica, los avances versus retrocesos de la educación en Angola teniendo en cuenta la inversión que el Gobierno ha estado poniendo a disposición para esta área clave y decisiva para el desarrollo del país. Nuestro objetivo aquí no es exactamente dar una descripción detallada de todo el proceso educativo, sino llamar la atención sobre la inversión que se ha puesto a disposición para este sector clave. El análisis realizado mediante documentos de alguna legislación y otros documentos formales, demostró, que el país enfrenta serios problemas en la valorización de su sistema educativo, teniendo en cuenta la inversión que se ha destinado en esta área de conocimiento en comparación con la recomendada por la UNESCO.

**Palabras clave:** educación, inversión, valoración

## **INTRODUÇÃO**

A reflexão, análise bibliografia e documental relacionado com o sistema educativo em Angola e seus investimentos, representa o percurso que tivemos em conta na elaboração do presente trabalho. Escrever sobre educação em Angola e o seu investimento, é bastante desafiador, visto que somos fruto desse processo. A educação é um fenómeno social, sendo desta que depende todas outras áreas integrantes das relações sociais que a sociedade constrói (UNICEF 2018, p.8).

A educação é baluarte do desenvolvimento sustentável e multifacetado de qualquer País. “O investimento na educação é importante na medida em que, com a globalização, exige-se da sociedade um domínio elevado do conhecimento, dos meios de informação, da tecnologia, da ciência e da própria cultura” (Nguluve, 2006, p. 151). Do nível pré-escolar ao Universitário, a educação exige investimento e responsabilidade, o que ao

nosso ver não tem sido feito (Burke, 2023). Se sim, então se tem feito muito aquém do desejado. Visto que, como reflexo do investimento que se tem disponibilizado para o sector educativo, temos as escolas que não tem vindo a responder na medida certa as exigências actuais. 2013 Maria, sustenta que “Só um aumento significativo da fatia orçamental poderia aumentar a capacidade de intervenção do Ministério (...)” (p. 110). Outrossim, como afirma Guerra (2002) “As escolas são reflexos da sociedade” (p.44).

Não é fácil definir o conceito de educação, tendo em conta a dimensão que ela carrega, constituindo assim o processo de aperfeiçoamento contínuo, ou seja, o mínimo comum indispensável em qualquer sociedade. Sendo este sector, uma das variáveis mais importantes no processo de desenvolvimento de qualquer País. As afirmações que fazemos neste ensaio tem sustentabilidade nos escritos de Freire (2018)

Para a fundamentação teórica, tivemos em primeiro lugar de efectuar um levantamento bibliográfico, da documentação relacionada com o Sistema Educativo e seus investimentos resultantes do OGE (Orçamento Geral do Estado), o que permitiu desenvolver o presente trabalho.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Entende-se que a educação é o processo de prevenir o bem e o mal. Sendo fundamentalmente o processo de garantia de mudança social. Outrossim, a educação promove intencionalmente o desenvolvimento individual, social e cultural.

Nguluve (2006) sustenta que assistimos hoje à transformação dos sistemas educativos quase em todos Países. O que nos assegura que se deve em parte, ao desenvolvimento das tecnologias de informação que têm vindo a propagar-se de forma muito rápida em todo Mundo. Por outro lado, o desafio de aperfeiçoamento das infra-estruturas educativas concorrem para o melhoramento do ensino.

“A escola não só é instrumento do Estado como também é espaço propício de desenvolvimento de crítica social, política, ideológica, cultural e de construção do saber (teórico e prático) necessário para o entendimento e convivência social” (Nguluve, 2006, p.17).

Assim, do anteriormente exposto, julgamos ser lícito afirmar que a escola desempenha não apenas a missão de ensinar e promover a aprendizagem, mas também possui uma função sociável mais ampla. Através da educação formal, a escola proporciona um espaço para vivências sociais, históricas e culturais, contribuindo para a formação integral da jovem geração (Burke, 2003)

Ensinar é também uma função social com uma identidade nítida, o que ao nosso ver é diferente do que era, que também concordamos que ainda está longe do que deve ser, “os professores sofrem de insuficiência de identidade profissional de degradação do seu estatuto social da profissão” (Monteiro, 2006, p.11).

O pensamento acima, deixado por Monteiro, revela a necessidade “urgente” de resgatar o estatuto destes profissionais, sendo que estes constituem elo de ligação com outros profissionais.

Concordaremos, desse modo, que o professor ainda é aquele que ensina alguma coisa. Na instituição escolar, professor é aquele que ensina uma disciplina curricular. Portanto, mas do que ensinar, o professor forma, educa, visto que tem uma legitimidade que se

tem lhe negado faz tempo. No entanto, o percurso ainda se apresenta longo e as dificuldades a ultrapassar são inúmeras. (Governo da República de Angola, 2004).

Conforme Cury (2003)

“educar é acreditar na vida, mesmo que derramemos lágrimas. Educar é ter esperança no futuro, mesmo que os jovens nos decepcionem no presente. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. Educar é ser um garimpeiro que procura os tesouros do coração” (p.55).

Em continuação, o autor, entende que educar é uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão. Mas também da reafirmação de práticas consagradas socialmente e culturalmente.

Nestes termos, somos unânimes em reconhecer o contributo da educação no desenvolvimento de qualquer sociedade. Desse modo, concordaremos com o conceito formulado por Giddens (2004) quando afirma que “a educação pode ser definida como a instituição social que possibilita e promove em diversos contextos sociais, a aquisição de competências e conhecimentos, bem como o alargamento dos horizontes pessoais” (p. 944).

Por isso, investir nela é um imperativo inegável (Ministério da educação, 2014), visto que a educação é parte de um sistema que sustenta outros subsistemas sociais. Ou de outra forma, o desenvolvimento do País a todos os níveis depende da Educação que o Governo garante para os seus cidadãos tendo em conta a fatia que é atribuída a esse sector a partir do OGE.

De acordo com o primeiro parágrafo da Lei nº 17/16 de 7 de Outubro de 2016:

A Educação é um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o individuo para as exigências da vida individual e colectiva e se desenvolve na convivência humana, a fim de ser capaz de enfrentar os principais desafios da sociedade, especialmente na consolidação da paz e da unidade nacional e na promoção e protecção dos direitos da pessoa humana e do ambiente, bem como no processo de desenvolvimento científico, técnico, tecnológico, económico, social e cultural dos Pais.

O investimento na educação é muito importante, na medida em que com os novos desafios globais, exige-se que a sociedade seja mais preparada, para enfrentar os problemas sociais, o que necessariamente deve passar por uma planificação que proporcione a formação integral do individuo, onde o conhecer, saber fazer, saber ser e saber estar, são pressupostos a ter em conta, para enfrentar e minimizar os problemas do quotidiano.

Nesta perspectiva, o Governo angolano tem vindo a mostrar “algumas” intenções sendo que o compromisso político do Estado Angolano para com a Educação de Qualidade para Todos, remonta desde Março de 1990, mas infelizmente, esta pretensão não tem vindo a se reflectir nos orçamentos que o mesmo Estado tem vindo a disponibilizar para o presente sector.

Para o efeito, fazemos uma revisão das políticas orçamentais implementadas no sistema educativo em Angola a partir do ano 2002 até à actualidade (UNICEF, 2018, p.8).

Como foi referenciado, a discussão em torno da pouca valorização que se dá ao ensino em Angola, não é recente. Há muito que a educação constitui um campo de luta política, esse que se tem constituído num dos principais elementos enfraquecedor do actual sistema educativo. “A questão da educação é um tema caro quer para as famílias quer para os políticos” (Ferreira, 2017, p.5).

Em sustentação ao exposto, ainda, Giddens (2004) salienta que “(...) a educação envolve questões políticas, económicas, sociais e culturais complexas” (p.944). Então, as principais decisões institucionais por serem políticas e económicas, têm grande parte de resolução destes desafios o Governo.

Escrever sobre o processo histórico da educação em Angola, “avanços e retrocessos”, é muito desafiador, visto que o mesmo está ligado a processos políticos do país. Conforme salienta Nguluve (2006) “requer hoje responsabilidade política por parte dos dirigentes, pois, se por um lado, justifica-se o mau estado educacional de Angola pela colonização, intervenção externa, destruição das suas infra-estruturas pela guerra que se desencadeou de 1976 a 2002, (...)” (p.15), por outro lado, o investimento a partir do Orçamento do Estado neste sector. Ainda pode-se notar claramente o pouco interesse em desenvolver este sector, tão fundamental para o desenvolvimento e crescimento do País.

Ferreira (2017) salienta que “as mudanças económicas e políticas em Angola não sendo visíveis na fatia do OGE destinado à educação, traduzem-se, no entanto no aumento do protagonismo da sociedade na realidade educacional” (p.29). A constatação da realidade apresentada, exige alguma reflexão sobre o conceito da realidade educacional.

De facto, são vários os autores que, adoptando uma perspectiva crítica na análise do investimento que se faz ao sistema educativo em Angola, denunciam a falta de vontade, por parte do poder político como por exemplo como refere Ferreira (2013) “a situação de ausência de uma política de educação, não tem como causa o pouco conhecimento da situação real do funcionamento da educação no território ou a falta de conhecimento do rumo a seguir, mas antes a falta de empenhamento e decisão a nível político” (p.109), na intenção de melhorar essa adopção desencontrada, tendo em conta o que é recomendado pela UNESCO, o que recomenda uma melhoria no Investimento á esse Sector.

Como refere o autor “a responsabilidade política por um sistema educacional preocupado com o desenvolvimento da cultura de paz, democracia e respeito mútuo significa também responsabilidade pela dignidade do ser humano (...)” (Nguluve, 2006, p.7). Como já nos referimos, a educação é a base do desenvolvimento de qualquer sociedade e constitui responsabilidade do poder político, rever a quota que a ela é atribuída.

### **Investimentos no sector da educação**

As atribuições de Angola para a Educação devem ser aumentadas para os 20% estipulados nos seus compromissos internacionais (Forum Mundial de educação, 2000), para que o país atinja o 4º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável, o da “Educação de Qualidade”

Para confrontar os diferentes desafios, as atribuições orçamentais devem ter em consideração a inflação e a crescente demanda da população. O desenvolvimento

económico de um país, passa por investir na formação do potencial humano, sendo o homem o sujeito mais importante no processo produtivo.

Os problemas que o nosso sistema educacional enfrenta, requerem para além de outros elementos cruciais, uma discussão abrangente das prioridades políticas e orçamentais de curto, meio e longo prazo.

Em conformidade com o acima exposto, procurou-se de maneira, mais possível, compilar alguns dados referentes aos orçamentos atribuído ao sector da educação ao longo do período referenciado.

### **Tendências de atribuição de verbas ao sector da educação**

A Educação é um dos sectores estratégicos para o desenvolvimento socioeconómico de um país. Os fundos atribuídos à Educação representam um investimento directo na redução da pobreza e no crescimento sustentável, o que explica que em muitos países o sector tem um peso substancial, entre 20 e 30% do OGE (UNICEF, 2018, p.8).

Em Angola, os gastos no sector social “Educação” têm sido historicamente baixos se comparados com os investimentos feitos noutros países africanos. A dotação orçamental para o sector da Educação tem sofrido algumas alterações que não têm se traduzido na melhoria para o respectivo sector, visto que tem vindo a caracterizar-se por uma tendência oscilante, ou seja, decrescente. Se analisarmos de maneira muito profunda e em função dos indicadores de qualidade de vida dos angolanos, poderemos concordar que o investimento no sector da educação tem sido extremamente reduzido, quando este comparado com o orçamento de Países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral SADC.

### **METODOLOGIA**

Investigar em educação não é o mesmo que investigar numa outra área qualquer do social, devido à especificidade do fenómeno educativo, devido ao que os educadores fazem e se propõem como objetivos e, devido ainda, ao que os mesmos precisam saber e que é, certamente, diferente do que necessitam outras áreas da atividade humana (Amado 2018, pp. 19, 20).

#### **Método de pesquisa**

Pretendemos assim, por meio de pesquisa documental consulta de arquivos tais como: Orçamentos Gerais do Estado e autores que escreveram acerca do sistema educativo angolano. Como já anunciado, analisar a situação do orçamento educacional resultante do OGE em Angola, desde o ano de 2002 à 2023 tendo em conta as medidas emblemáticas as quais tem sido fonte de várias dificuldades e que tem vindo a limitar a sua valorização, sendo que entendemos que há uma discrepância entre o nível real e o desejado.

Tivemos em consideração os documentos oficiais relativamente aos orçamentos disponibilizados para a Educação dos anos que nos propomos tal como Orçamento Geral do Estado desde 2002 até ao ano de 2023, também tivemos em consideração o Relatório de Monitorização sobre a Educação para todos na qual tivemos que ter a comparação de orçamentos de vários anos versus o orçamento que é recomendado pela UNESCO (2015).

Para a devida concretização, tivemos cuidado de organizar a revisão bibliográfica e delimitar aos pontos que achamos essenciais da investigação, seguindo os princípios declarados pelos autores de “Exigência de clareza; exigência de exequibilidade; exigências de pertinência” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 42).

Tivemos que delimitar o presente trabalho, tendo em conta os aspetos históricos do nosso País, considerando o ano de 2002, este que marca o fim da guerra civil no País, analisando o investimento que se tem alocado neste sector até a actualidade, tendo em consideração as recomendações de “aumentar e redistribuir com critérios de equidade e eficiência, bem como mobilizar outros recursos com modalidades alternativas” (Governo da República de Angola, 2004, p.31).

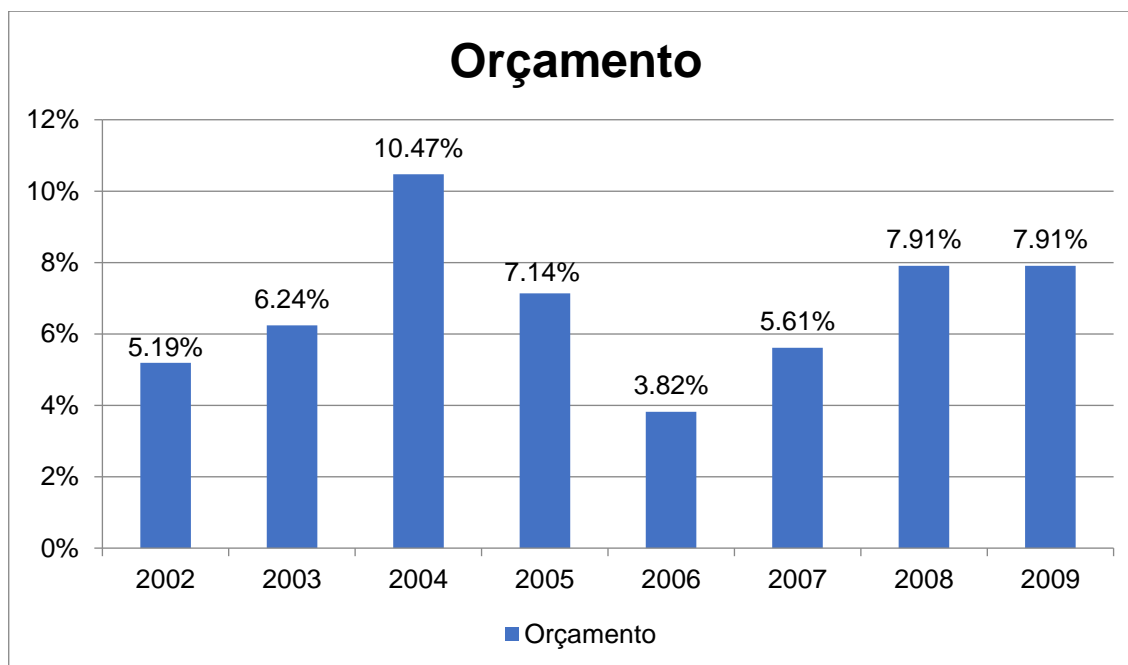
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em conta os caminhos percorridos durante o processo de investigação por meio dos documentos, verificou-se que os Orçamentos que se tem vindo a disponibilizar para o Sistema educativo resultante do OGE, não tem respondido as necessidades deste sector, o que ao nosso ver tem sido motivos de vários problemas que o mesmo tem atravessado.

Para um melhor entendimento, procuramos compilar os orçamentos dos anos que nos propusemos analisar, como se segue abaixo:

### Gráfico 1.

Variação do orçamento geral do estado afeto a educação entre 2002 à 2009



Nota: Orçamento Geral do Estado (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009).

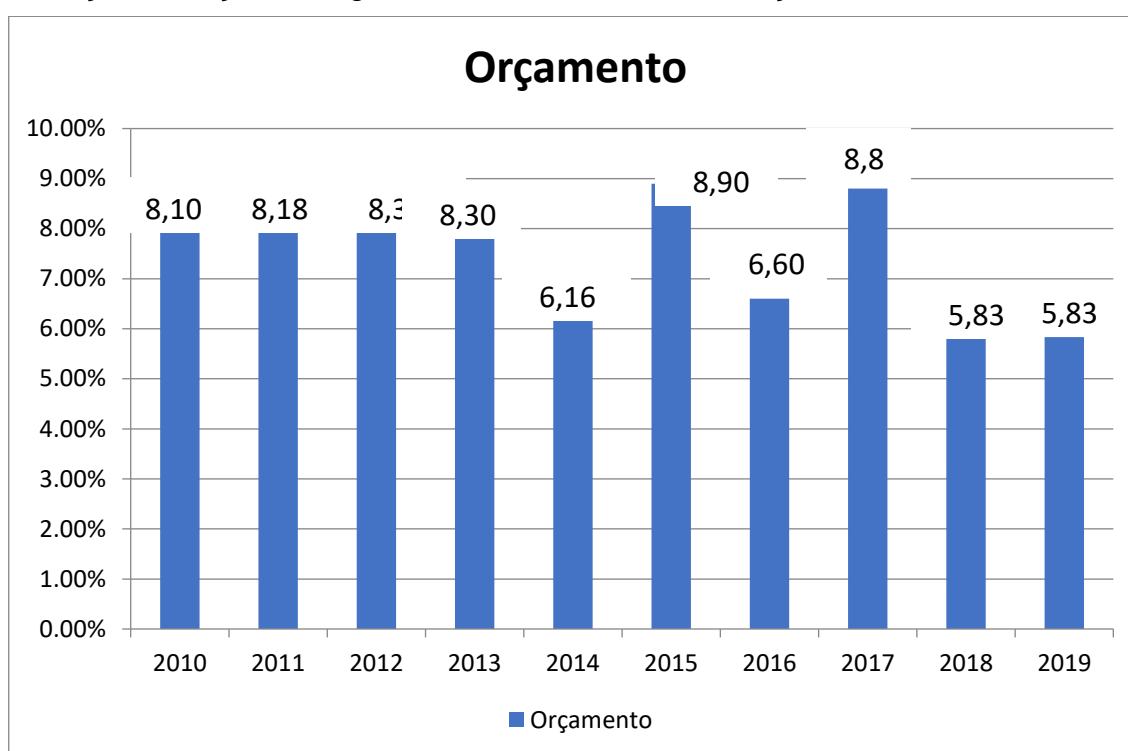
O quadro em referência demonstra o indicador de financiamento da educação relacionado com o orçamento da Educação em percentagem do Orçamento Geral do Estado (OGE). O mesmo, permite-nos analisar que, há uma certa oscilação na alocação

dos recursos a este sector no seu percurso histórico, para além dos valores estarem muito abaixo dos valores recomendados pela UNESCO, ainda assim, vemos claramente que não houve ao longo destes anos alguma tendência no sentido ascendente, de modo a alcançar os objectivos propostos pela UNESCO. Analisando outros indicadores como se observa no Orçamento atribuído à Educação, está muito abaixo da média da SADC e aquém da proposta mundial, 20% (Foram Mundial de Educação, 2000). É necessário reflectir seriamente sobre os investimentos voltados para a educação.

No quadro desta observação, facilmente se constata que a educação em Angola esta relegada para o segundo plano, enfrentando enormes desafios, por isso, investir nela é um imperativo inegável.

## Gráfico 2.

Variação do orçamento geral do estado afeto a educação entre 2010 à 2019



Nota: Orçamento Geral do Estado (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019).

Esta baixa percentagem em termos orçamentais, naturalmente provoca sérios problemas no sistema educativo. Portanto, vemos ainda assim, que o investimento dirigido ao atendimento à educação, relativamente aos investimentos, observa-se a partir do gráfico acima que o ano de 2015 foi o de maior registo.

Olhando para o gráfico acima, podemos claramente notar que de 2018 a 2019, foram os anos que a dotação orçamental para o sector da Educação mais registou declínio, o que, constitui grandemente constrangimentos no seu desenvolvimento.

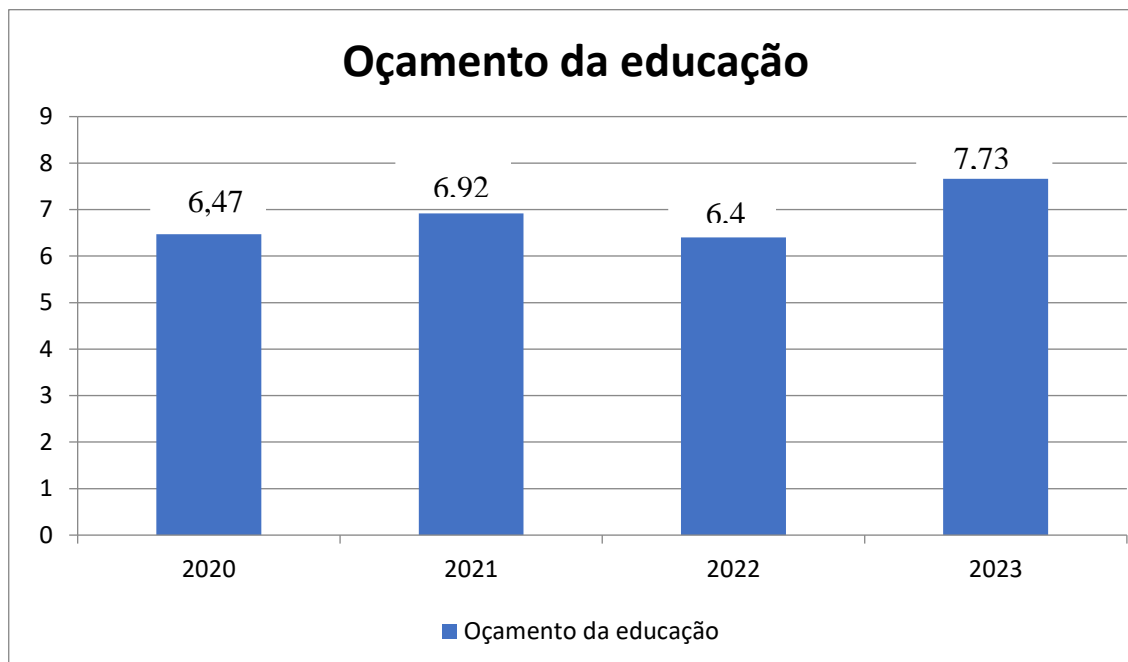
Analisando o gráfico, podemos entender que estamos muito aquém dos 20%, estipulado nos seus compromissos internacionais (Compromisso de Dakar, 2000). Analisando ainda o mesmo gráfico nº 2, é possível verificar que em 2015, foi o ano em que a dotação



orçamental para a Educação aumentou, mas ainda a sua despesa excedeu o valor Orçamentado.

### Gráfico 3.

Variação do orçamento geral do estado afeto a educação entre 2020 à 2023



Nota: Orçamento Geral do Estado (2020, 2021, 2022, 2023).

Observando o gráfico acima, podemos verificar que os orçamentos são oscilantes, ou seja, o mais baixo verificou-se 2022, com uma percentagem de 6,4%, valor aproximado ao orçamento de 2020 com 6,47, verificou-se uma redução de 0,07%, estas oscilações no sentido descendente, o não geram crescimento assim como desenvolvimento no sistema educativo. O valor orçamental alto verificou-se no ano de 2023, com uma percentagem de 7,73%. É lícito, afirmar que relacionando o orçamento de 2022 com o de 2003, contata-se que há um incremento de 1,33%, que julgamos insignificante tendo em conta os inúmeros desafios do sector. “É necessário rever a dotação deste sector, uma vez que a educação é fundamental Para garantir o capital humano necessário para o crescimento do país” (OGE, 2023).

Os resultados da sondagem de todos os dados apresentados ao longo dos anos que nos propomos analisar, oscilam entre 3,82% a 10,47%. E esta é a percepção que os angolanos têm da sua educação e das políticas que nela são implementadas.

Neste sentido “El desarrollo económico, por su lado, lleva consigo un incremento de la educación; el país tendría mayores recursos para destinar al sistema escolar” (Rad Camayd, 2021, p.92), por outro lado, (Yosvany, Inidia, Acácio, 2024), salientam que, devemos banir os velhos preconceitos relacionados com a centralização, o que em muitos casos corrói a fiabilidade de estabelecer acordos com padrões de qualidade estabelecidos pela Organização Internacional. Desta forma, podemos reafirmar que o impacto dos sistemas educativos é fundamental para o desenvolvimento do País, tendo em conta os aspectos significativos.

Neste sentido, bastará com as referências já feitas acima, para nos darmos conta de que ainda temos longo caminho para percorrer.

Os recursos que têm sido canalizados no sistema educativo angolano, infelizmente por serem tão ínfimos não têm contribuído para a melhoria do mesmo. Assim se torna urgente inverter o percurso, por formas a atingir os limites orçamentais definidos internacionalmente e assumidos pelo País.

Nesta conformidade, torna-se relevante considerar que, se entendermos ao investimento financeiro e o espaço que a educação ocupa no desenvolvimento de qualquer sociedade, acredita-se que teríamos resolvido grandemente os problemas que esta enfrenta. Apesar de todos os esforços relativos ao investimento no sector da educação, se analisarmos de maneira muito profunda, relativamente o que devia ser, ou seja, comparado com os orçamentos alocados ao setor da educação de outros países da região da África Austral. A título de comparação, por exemplo, em 2017 o Zimbabwe alocou 24.5% do seu Orçamento geral do Estado (OGE) à Educação, a Namíbia 19.4% e o Malawi 17% (Forum Mundial de Educação, 2000) Certamente, estaremos de acordo que há ainda muito por melhorar. Em era do conhecimento, a educação não pode ser considerada como um gasto, mais sim como um investimento, onde o retorno é uma garantia.

Do anteriormente exposto, é legítimo afirmar que ainda há muito caminho a percorrer quanto a valorização do sistema educativo em Angola. É evidente que o esforço que se tem feito a nível do País, está muito aquém, ou seja, distante do desejado. Daí a necessidade de o governo que é o protagonista no Orçamento Geral do Estado, passar a projectar um orçamento que se enquadre com as actuais tendências de crescimento e desenvolvimento, dos demais países, visto que os actuais, não visam potenciar o sector, pelo contrário, criar constrangimentos na gestão do sistema educativo, tendo em conta a exiguidade de recursos alocados.

E sabido que a política educativa de um País, é definida pelo governo, por esta razão é fundamental que o governo ao alocar o orçamento para este sector, tenha especial atenção as reais necessidades, por formas a evitar alocar um orçamento que nem de longe nem de perto satisfaça as necessidades prementes do sistema educativo. Nesta perspectiva, achamos conveniente que esta política seja sempre definida, tendo em consideração o sentido ascendente de aproximação aos parâmetros internacionalmente definidos.

Depois de mais de 20 anos de paz, temos vindo a registar uma certa injustiça na definição do Orçamento Geral do Estado no País, uma vez que há sectores, sem desvalorizar, que têm vindo a receber verbas duas vezes mais que um sector tão importante, que é da Educação. Para sermos francos, isso revela pouco compromisso com a educação e ensino. Provas disso é que tem sido um exercício muito difícil a aprovação do OGE, pelos parlamentares.

Outro sim, é de extrema importância entender que os indivíduos não pensam todos de igual modo. As opiniões divergem, os interesses de cada um pode provoca inevitavelmente conflitos, mas entendemos que é o normal de sistemas que prosperam.

“A abordagem política da escola é possível porque a escola foi concebida enquanto sistema político, detentora de diversos clientes com interesses e estratégias divergentes que interagem reciprocamente e influenciam os decisores a fim de colherem decisões e acções favoráveis” (Afonso, 1994, p. 45).

Porquanto, segundo Souza (2012), citando Alexandre Garcia 2004, “a educação liberta, converte clientes e dependentes em eleitores conscientes e cidadãos exigentes, e um cidadão educado não aceita ser conduzido, mas conduzirá o seu destino” (p. 1). Desta feita, tendo em conta o peso que a educação possui, entendemos que o seu investimento tem um reflexo direto a sociedade.

Outrossim, tendo em conta Ferreira (2013), quando o autor alega que o desenvolvimento da educação depende do “(...) empenhamento e decisão a nível político” (p. 131), somos por este meio salientar que o melhoramento deste setor, depende diretamente da vontade do Governo.

Tendo em conta tudo que atrás ficou, por meio do material bibliográfico que serviu de análise por nos selecionado, entendemos que havendo vontade política é possível melhorar os recos que se tem verificado a nível do sistema educativo, sobretudo por meio do seu investimento. Como salienta Brito (2005), em que algumas escolas nem possuem condições mínimas.

Neste sendo concordaremos com Sachitota (2020), quando o autor alega que “ as sucessivas irregularidades que acontecem na escola são marcadas por um conjunto de culpabilização dos envolvidos no processo educativo” (p.123), entendemos que havendo vontade e envolvimento de todos, podemos melhorar o atual sistema educativo.

Importa realçar que uma ampla visão sobre a realidade educativa em Angola passa, necessariamente, por políticas que estejam comprometidas com o desenvolvimento deste sector.

## **CONCLUSÃO**

O trabalho apresentado é uma viagem de ida e volta que começa e termina na literatura. Tal como verificamos ao longo do trabalho, já foi amplamente demonstrado que os sistemas educativos devem estimular e proporcionar oportunidades aos cidadãos.

O presente trabalho constitui, assim, um contributo para esse debate, procurando pontos de convergência a partir das perspectivas teóricas versus as práticas. As perspectivas que aqui são apresentadas, evidenciam o percurso histórico que o nosso sistema educativo tem manifestado. Nossa pretensão é descrever o investimento que o Governo angolano tem vindo a efectuar nesse sector desde o ano de 2002 até a data presente, como já foi referenciado. E nosso objectivo descrever os avanços e retrocessos que o nosso sistema educativo foi tendo.

O percurso que tivemos por meio dos trabalhos analisados, somos a salientar que os países mais desenvolvidos são aqueles que mais investem em educação. Um Estado preocupado com a sua população, precisa criar condições desde a económica de modo a construção da cidadania e esta por sua vez que tem a ver com a educação que é proporcionada a sua população. Logo é inegável, como já referenciado nos passos anteriores, se concluirmos que a educação é a base de qualquer desenvolvimento económico. Depois de tudo que atrás ficou somos a concluir que os dados relativos a investimentos no sector da educação em Angola são extremamente preocupantes o que ao nosso ver, deve ser uma prioridade por parte do Estado, de modo a desenvolver este sector e conseqüentemente, o desenvolvimento económico e sustentável do País. Por

outro lado, por meio da revisão de literatura, o estudo ainda conclui que o investimento na educação constitui uma condição necessária e indispensável para o desenvolvimento.

O presente trabalho termina com algumas reflexões em torno do tema desenrolado, devido ao papel fundamental que ela ocupa nos processos de socialização em disponibilizar mais recursos a partir do OGE a este sector. Tendo como base esta perspectiva, por aquilo que temos vindo a vivenciar, e tudo que atrás ficou, nos parece que há pouca vontade sobretudo política de melhorar o actual sistema educativo no País, o que o estudo conclui que exige um comprometimento coletivo.

Na elaboração do presente trabalho, tivemos em consideração os documentos oficiais, e na sua descrição tivemos algumas limitações sendo as principais que prendem-se com os instrumentos aplicados na recolha de dados e na sua análise. Outrossim, no alcance de mais documentos oficiais relacionados com a matéria em causa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, A. J. (1994). Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, ano XXII, 75,15-32 <https://www.academia.edu/58665681>

Amado, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Brito, M. (2005). *História e Educação em Angola: Do Colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*. Campinas/SP.

Burke, T.J. (2003). *O professor revolucionário: da pré-escola à universidade*. Editora Vozes.

Cury, A. (2003) *Didactica-Pedagogica e Educação*. Sextante.

Ferreira, M.J. S. (2013). Educação e Política em Angola. Uma proposta de diferenciação social, *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 7/8: <https://doi.org/10.4000/cea.1070>

Ferreira, M.J. S. (2017). *Educação e Transição em Angola*. Chiado

Forum Mundial de educação, (2000). Educação para todos: o compromisso de Dakar: UNESCO.CONSED

Giddens, A. (2004). Sociologia. Edição da Fundação Calouste: Gulbenkian.

Governo da República de Angola. (2004). Educação para todos: Estratégias Integradas para a Melhoria do Sistema de Educação. Vol. 5: OPISA

Guerra, M. (2002). *Os desafios da Participação*. Porto Editora.

Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação Angolano. (2016). Diário da República nº 170. I Serie. Assembleia Nacional. Luanda.

Ministério da Educação, (2014). Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos. Ministério da Educação.

Monteiro, G. (2006). Educação e direito da Criança: Perspectiva Histórica e desafios pedagógicos: Universidade do Minho

Nguluve, A. K. (2006). Políticas Educacional Angolana (1976-2005): Universidade de São Paulo

Orçamento Geral do Estado (2002). Educação no OGE. UNICEF

Orçamento Geral do Estado (2003). Educação no OGE. UNICEF

Orçamento Geral do Estado (2004). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2005). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2006). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2007). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2008). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2009). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2010). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2011). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2012). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2013). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2014). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2015). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2016). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2017). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2018). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2019). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2020). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2021). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2022). Educação no OGE. UNICEF  
Orçamento Geral do Estado (2023). Educação no OGE. UNICEF

Quivy, R., e Campenhoudt, L. (1992). Manual de investigação em ciências sociais: Gradiva.

Rad Camayd, Y. (2021). Educación Superior en Angola: Un acercamiento desde la sociología. *Revista Sociedad & Tecnología*, 4(1), 79-95. <https://doi.org/10.51247/st.v4i1.85>

Sachitota, A. S. (2020). A família e a Escola: Um modelo de relação para o sucesso educativo. *RAC: revista angolana de ciências*, 2(1), 112-129 <https://doi.org/10.54580/r0201.07>

Souza M. A. (2012). *Educação & Sociedade*. Vozas

UNESCO (2015). Progressos e desafios, relatório de monitoramento global de EPT, 2015, relatório conciso. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232565\\_po](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232565_po)

UNICEF (2018). *Educação no OGE 2017*. OPSA

Yosvany, P. G. Inidia R. V. Acácio de J. (2024). Tendencias del aseguramiento a la calidad de la educación superior: Una valoración crítica del caso de Angola. *bol.redipe* 11(5), 154-163. <https://revista.redipe.org/index.php/1/article/view/1823>